



Prefeitura Municipal de
Barra Mansa
Estado do Rio de Janeiro

CONCURSO PÚBLICO NÍVEL SUPERIOR MÉDIO E FUNDAMENTAL

MAU18 MÉDICO AUDITOR

CADERNO 3
GABARITO 3
APLICAÇÃO TARDE

Aplicação: 28/março

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

- 1 - A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo de preenchimento do cartão de respostas.
- 2 - O candidato que, na primeira hora de prova, se ausentar da sala e a ela não retornar, será eliminado.
- 3 - Os três últimos candidatos a terminar a prova deverão permanecer na sala e somente poderão sair juntos do recinto, após aposição em ata de suas respectivas assinaturas.
- 4 - Você **NÃO** poderá levar o caderno de questões.

INSTRUÇÕES - PROVA OBJETIVA

- 1 - Confira atentamente se este caderno de perguntas, que contém **50** questões objetivas, está completo.
- 2 - Confira se seus dados e o **cargo** escolhido, indicados no **cartão de respostas**, estão corretos. Se notar qualquer divergência, notifique imediatamente o Fiscal/Chefe Local. Terminada a conferência, você deve assinar o cartão de respostas no espaço apropriado.
- 3 - Verifique se o número do Gabarito e do Caderno de Perguntas é o mesmo.
- 4 - Cuide de seu **cartão de respostas**. Ele não pode ser rasurado, amassado, dobrado nem manchado.
- 5 - Para cada questão objetiva são apresentadas cinco alternativas de respostas, apenas uma das quais está correta. Você deve assinalar essa alternativa de modo contínuo e denso.
- 6 - Se você marcar mais de uma alternativa, sua resposta será considerada errada mesmo que uma das alternativas indicadas seja a correta.

AGENDA

- 28/03/2010, Entrega de títulos ao final da prova.
- 29/03/2010, divulgação do gabarito da Prova objetiva:
<http://concursos.biorio.org.br>
- 30 e 31/03/2010, recursos contra formulação e conteúdos da Prova Objetiva na Internet: <http://concursos.biorio.org.br> até as 17h
- 12/04/2010, divulgação do resultado da análise dos recursos da Prova Objetiva.
- 13/04/2010, divulgação dos candidatos a terem os títulos avaliados.
- Informações:
Tel: 21 3525-2480 das 9 às 17h;
Internet:
<http://concursos.biorio.org.br>
E-mail:
barramansa2010@biorio.org.br
- Posto de Atendimento:
Av. Prof. João Chiesse Filho nº 650 (antigo quartel do exército)
9h às 12h e das 13h30min às 17h





LÍNGUA PORTUGUESA

Blogs, twitter, orkut e outros buracos

Não estou no “twitter”, não sei o que é o “twitter”, jamais entrarei nesse terreno baldio e, incrivelmente, tenho 26 mil “seguidores” no “twitter”. Quem me pôs lá? Quem foi o canalha que usou meu nome? Jamais saberei. Vivemos no poço escuro da web. Ou buscamos a exposição total para ser “celebridade” ou usamos esse anonimato irresponsável com nome dos outros. Tem gente que fala para mim: “Faz um blog, faz um blog!” Logo eu, que já sou um blog vivo, tagarelando na TV, rádio e jornais... Jamais farei um blog, esse nome que parece um coaxar de sapo-boi. Quero o passado. Quero o lápis na orelha do quitandeiro, quero o gato do armazém dormindo no saco de batatas, quero o telefone preto, de disco, que não dá linha, em vez dos gemidinhos dos celulares incessantes.

Comunicar o quê? Ninguém tem nada a dizer. Olho as opiniões, as discussões “online” e só vejo besteira, frases de 140 caracteres para nada dizer. Vivemos a grande invasão dos lugares-comuns, dos uivos de mediócras ecoando asneiras para ocultar sua solidão deprimente.

20 O que espanta é a velocidade da luz para a lentidão dos pensamentos, uma movimentação “em rede” para raciocínios lineares. A boa e velha burrice continua intocada, agora disfarçada pelo charme da rapidez. Antigamente, os burros eram humildes; se esgueiravam pelos cantos, ouvindo, amargurados, os inteligentes deitando falação. Agora não; é a revolução dos idiotas online.

Quero sossego, mas querem me expandir, esticar meus braços em tentáculos digitais, meus olhos no “google”, 30 (“goggles” – olhos arregalados) em órbitas giratórias, querem que eu seja ubíquo, quando desejo caminhar na condição de pobre bicho bípede; não quero tudo saber, ao contrário, quero esquecer; sinto que estão criando desejos que não tenho, fomes que perdi.

O leitor perguntará: “Por que este ódio todo, bom Jabor?” Claro que acho a revolução digital a coisa mais importante dos séculos. Mas estou com raiva por causa dos textos apócrifos que continuam enfiando na Internet com meu nome.

40 Já reclamei aqui desses textos, mas tenho de me repetir. Todo dia surge uma nova besteira, com dezenas de e-mails me elogiando pelo que eu “não” fiz. Vou indo pela rua e três senhoras me abordam – “Teu artigo na Internet é genial! Principalmente quando você escreve: ‘As mulheres são tão cheirosinhas; elas fazem biquinho e deitam no teu ombro...’”

“Não fui eu...”, respondo. Elas não ouvem e continuam: “Modéstia sua! Finalmente alguém diz a verdade sobre as mulheres! Mandei isso para mil amigas! Adoraram aquela parte: ‘Tenho horror à mulher perfeitinha. Acho ótimo celulate...’” Repito que não é meu, mas elas (em geral barangas) replicam: “Ah... É teu melhor texto...” – e vão embora, rebolando, felizes.

Sei que a Internet democratiza, dando acesso a todos para se expressar. Mas a democracia também libera a idiotia. Deviam inventar um “antispam” para bobagens.

(JABOR, Arnaldo. In: WWW.estadao.com.br - 3/11/2009 - com adaptações.)

01 - É correto afirmar que, ao escrever o texto, o autor objetivou:

- (A) apresentar as razões pelas quais odeia acessar a internet;
- (B) justificar a dificuldade de escrever em poucas linhas no *twitter*;
- (C) definir o conceito de democracia na era da revolução digital;
- (D) explicar o motivo pelo qual não escreve para os meios digitais;
- (E) defender o uso de um estilo mais sofisticado no mundo *online*.

02 - Assinale a única opção que está de acordo com a estrutura do texto:

- (A) o primeiro parágrafo introduz o tema central: o saudosismo;
- (B) o segundo parágrafo trata da oposição solidão *versus* silêncio;
- (C) o terceiro parágrafo faz a historiografia do conceito de inteligência;
- (D) o quinto parágrafo transcreve um diálogo travado fora do texto;
- (E) o quarto parágrafo expõe a tensão entre o *eu* e o *outro*.

03 - A relação de sentido estabelecida entre os segmentos não estar no “twitter” e ter 26 mil “seguidores” (L.01-03) denota:

- (A) exagero;
- (B) vaidade;
- (C) paradoxo;
- (D) ratificação;
- (E) ênfase.



04 - Considere as afirmativas:

- I - Segundo o autor, há uma desproporção entre a velocidade com que se difundem ideias no meio digital e a qualidade dessas ideias.
- II - No mundo virtual, como no real, a democracia permite comportamentos contra os quais não se tem controle.
- III - O autor demonstra irritação com a velocidade com que seus textos são divulgados na *internet*, sem haver tempo para reflexões sobre os assuntos abordados.

Assinale a alternativa correta:

- (A) somente as afirmativas I e III estão corretas;
- (B) somente as afirmativas I e II estão corretas;
- (C) somente as afirmativas II e III estão corretas;
- (D) todas as afirmativas estão corretas;
- (E) nenhuma afirmativa está correta.

05 - A função sintática do termo destacado em *só vejo besteira* (L.16) é a mesma da oração sublinhada no item:

- (A) Não sabia se o texto seria divulgado em rede;
- (B) É claro que o blog faz sucesso entre intelectuais;
- (C) O importante é que nada saia diferente do planejado;
- (D) O modo como agimos define quem somos;
- (E) O receio de que a web promoveria solidão foi ultrapassado.

06 - Na frase *mas tenho de me repetir*. (L.40), a regência verbal está de acordo com as normas gramaticais. Marque a opção em que a regência CONTRARIA essas normas:

- (A) Esqueceu de que o texto foi publicado *online*;
- (B) A crônica do jornalista destinava-se ao público em geral;
- (C) Lembrou-se de que não existe censura na *internet*;
- (D) Ele prefere escrever à antiga a escrever bobagens na *web*;
- (E) O jornalista aspira a uma vida mais sossegada.

07 - Na frase *Acho ótimo celulate...*, a concordância nominal está de acordo com o padrão culto, o que **NÃO** ocorre em:

- (A) Julgamos verdadeiros os textos divulgados na *web*;
- (B) O autor defende o comportamento e a atitude éticas;
- (C) Nessas horas, é necessário paciência;
- (D) Levados em conta os argumentos, o autor tem razão;
- (E) Opiniões polêmicas podem nos custar caro.

08 - No texto, o segmento entre parênteses no sexto parágrafo tem função de:

- (A) introduzir um argumento contrário à tese;
- (B) camuflar uma ironia contra internautas;
- (C) definir um termo de uso generalizado;
- (D) enfatizar o uso errado da expressão;
- (E) destacar uma palavra estrangeira.

09 - Assinale o item em que o emprego do pronome relativo **NÃO** está de acordo com as normas gramaticais:

- (A) Ele esqueceu a senha onde costumamos entrar na rede;
- (B) Tenho amigos por cujas dicas de informática me oriento;
- (C) Os amigos a quem enviamos mensagens são parisienses;
- (D) É um fenômeno cujos efeitos só conheceremos no futuro;
- (E) Não deixo de atualizar a página que você sempre acessa.

10 - Considerando o texto, é INCORRETO afirmar que:

- (A) semanticamente, o verbo “ter” em *Tem gente que fala para mim* não indica “posse de algo”, mas sim “existência de algo ou de alguém”;
- (B) o duplo emprego da conjunção coordenativa *ou* informa que as ideias *exposição/anonimato* são inclusivas;
- (C) o emprego do pronome *esse* (L.10) está de acordo com as normas porque se refere a um substantivo já mencionado: *blog*;
- (D) a oração subordinada adjetiva *que perdi* (L.34) tem função de restringir o sentido da palavra *fome*;
- (E) a forma verbal destacada em *e vão embora, rebolando, felizes* pode ser substituída, sem prejuízo da frase, por “a rebolar”.



SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

11 - A Comissão Intergestores Tripartite no modelo de descentralização para o SUS é composta por:

- (A) Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Secretarias Estaduais de Saúde, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde;
- (B) médicos, enfermeiros e agentes comunitários de saúde;
- (C) prefeito, governador, ministro da saúde;
- (D) representante dos movimentos comunitários organizados na área da saúde, Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde;
- (E) Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde.

12 - O principal financiador do SUS é:

- (A) o Fundo Nacional de Saúde;
- (B) a Secretaria Municipal de Saúde;
- (C) o Fundo Gestor de Saúde Pública;
- (D) a Secretaria Estadual de Saúde;
- (E) o Fundo de Amparo à Saúde.

13 - É motivo de suspensão imediata, pelo Ministro da Saúde, dos repasses financeiros transferidos mensalmente, fundo a fundo, para os municípios que não efetuarem pagamento aos prestadores de serviços sob sua gestão, públicos ou privados hospitalares e ambulatoriais, até o seguinte dia útil após crédito na conta bancária do fundo Estadual/Municipal de saúde:

- (A) 15°;
- (B) 5°;
- (C) 25°;
- (D) 20°;
- (E) 30°.

14 - De acordo com a lei (8142 de 28-12-1990) que dispõe sobre a transferência intergovernamental de recursos financeiros na área da saúde na gestão do SUS, a porcentagem de recursos destinados ao município é da ordem de:

- (A) 40%;
- (B) 30%;
- (C) 70%;
- (D) 60%;
- (E) 50%.

15 - Avalie se as assertivas a seguir estão corretas em relação ao Sistema Único de Saúde (SUS):

- I - São fatores determinantes e condicionantes da saúde, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País.
- II - Dentre os objetivos do SUS encontram-se a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.
- III - A iniciativa privada pode participar do SUS em caráter complementar.
- IV - Não estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) as execuções de ações de vigilância sanitária e de vigilância epidemiológica.

Estão corretas as assertivas:

- (A) I e II, apenas;
- (B) III e IV, apenas;
- (C) II, III e IV, apenas;
- (D) I, II, III e IV;
- (E) I, II e III, apenas.

16 - Entre as estratégias mínimas de atenção básica no Controle da Tuberculose preconizadas pelo SUS que constituem excelentes medidas preventivas está:

- (A) a identificação de sintomáticos respiratórios;
- (B) a quimioprofilaxia;
- (C) o tratamento supervisionado;
- (D) o fornecimento gratuito de medicamentos;
- (E) a busca de faltosos que já iniciaram tratamento específico.

17 - De acordo com a Norma Operacional da Assistência à Saúde do SUS, os serviços de internação hospitalar obrigatoriamente disponíveis em municípios-sede de módulos assistenciais deverão dispor de leitos hospitalares, no mínimo, para atender às seguintes especialidades:

- (A) clínica médica, pediatria, ortopedia;
- (B) clínica médica, pediatria, neurologia;
- (C) clínica médica, pediatria, doenças infecto-parasitárias;
- (D) clínica médica, pediatria, obstetrícia;
- (E) clínica médica, pediatria, cirurgia geral.



18 - A gestão plena da Atenção Básica Ampliada amparada em Norma Operacional do SUS amplia as responsabilidades dos municípios. Essa condição de gestão plena tem as seguintes áreas de atuação estratégicas mínimas, EXCETO:

- (A) controle da dengue;
- (B) controle da tuberculose;
- (C) controle da hanseníase;
- (D) controle do diabetes mellitus;
- (E) saúde da mulher.

19 - O conceito previsto na Norma Operacional de Assistência à Saúde para Município-polo é:

- (A) município que tenha a capacidade de ofertar a totalidade dos serviços de saúde correspondente ao primeiro nível de referência intermunicipal;
- (B) município que apresente papel de referência para outros municípios em qualquer nível de atenção à saúde;
- (C) base territorial mínima a ser submetida à aprovação pelo Ministério da Saúde e Comissão Intergestores Tripartite;
- (D) base territorial de planejamento da atenção à saúde definida pela Secretaria Estadual de Saúde;
- (E) município que tem capacidade de ofertar a totalidade dos serviços de saúde para sua própria população quando não necessitar desempenhar papel de referência para outros municípios.

20 - As ações de alta complexidade/custo na atenção à saúde são financiadas pela (o):

- (A) Fundação de Amparo à Saúde;
- (B) Central Nacional de Regulação para Procedimentos de Alta Complexidade;
- (C) Ministério da Saúde;
- (D) Secretaria Municipal de Saúde;
- (E) Secretaria Estadual de Saúde.

CONHECIMENTOS GERAIS DA ÁREA MÉDICA

21 - Pode causar hipocalcemia:

- (A) acromegalia;
- (B) feocromocitoma;
- (C) mieloma múltiplo;
- (D) sarcoidose;
- (E) hipoparatiroidismo.

22 - Pode ocasionar mais frequentemente asma brônquica o uso de:

- (A) hidralazina;
- (B) beta bloqueador;
- (C) penicilina;
- (D) nitrofurantoina;
- (E) amiodarona.

23 - É medicamento vasodilatador usado em emergência hipertensiva:

- (A) hidralazina;
- (B) esmolol;
- (C) furosemida;
- (D) trimetafano;
- (E) fenoldopam.

24 - A droga com efeito teratogênico ou fetotoxicidade mais provável é:

- (A) ametidina;
- (B) sertralina;
- (C) furosemida;
- (D) griseofulvin;
- (E) fluoxetina.

25 - O antidepressivo inibidor da monoaminoxidase é:

- (A) sertralina;
- (B) fenilzina;
- (C) imiparimida;
- (D) escitoloprane;
- (E) fluoxetina.

26 - A síndrome hepatorenal ocorre na cirrose avançada na seguinte porcentagem:

- (A) 10%;
- (B) 5%;
- (C) 25%;
- (D) 20%;
- (E) 15%.



27 - A eclampsia severa está caracterizada quando a proteinúria atinge, em g/24h:

- (A) 0,5;
- (B) 3;
- (C) 5;
- (D) 1;
- (E) 2.

28 - A mamografia em mulheres acima de 40 anos deve ser realizada a cada:

- (A) 4 meses;
- (B) 6 meses;
- (C) 3 a 4 anos;
- (D) 1 a 2 anos;
- (E) 5 anos.

29 - Nos indivíduos considerados fora de risco para tuberculose, o teste cutâneo da tuberculina será considerado positivo quando a reação local atinge:

- (A) 5 cm;
- (B) 2 cm;
- (C) 15 cm;
- (D) 10 cm;
- (E) 8 cm.

30 - Nos doentes com câncer de pulmão em que, no curso da doença, aparece elevação dos níveis séricos da fosfatase alcalina, o exame mais indicado é a:

- (A) broncoscopia;
- (B) tomografia cerebral;
- (C) prova de função respiratória;
- (D) radiografia do tórax;
- (E) cintigrafia óssea.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31 - De acordo com o SNA - Sistema Nacional de Auditoria, no âmbito do Sistema Único de Saúde, a auditoria da regularidade dos procedimentos praticados por pessoas naturais e jurídicas, se dá mediante:

- (A) exame analítico e substantivo;
- (B) testes substantivos e de observância;
- (C) exame analítico e pericial;
- (D) teste de observância e exame pericial;
- (E) exame pericial e teste de observância.

32 - O SNA - Sistema Nacional de Auditoria compreende os órgãos que forem instituídos em cada nível de governo, sob a supervisão da respectiva:

- (A) gerência da CGU;
- (B) direção do SUS;
- (C) direção do TCU;
- (D) direção da CGU e TCU;
- (E) gerência do Sistema de Controle Interno.

33 - A Comissão Corregedora Tripartite, prevista no SNA - Sistema Nacional de Auditoria, representativa do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde e da direção nacional do SUS, que indicarão, cada qual:

- (A) três membros para compô-la;
- (B) quatro membros para compô-la;
- (C) dois membros para compô-la;
- (D) cinco membros para compô-la;
- (E) seis membros para compô-la.

34 - Com base no Código de Ética Médica, receber remuneração ou gratificação por valores vinculados à glosa ou ao sucesso da causa, quando na função de perito ou de auditor, é:

- (A) devido, pois não compromete o profissional;
- (B) devido, desde que não seja superior a dez por cento;
- (C) vedado ao médico;
- (D) vedado, apenas nos casos de perícias;
- (E) devido, desde que combinado por escrito.



35 - Os médicos que cometerem faltas graves previstas no Código de Ética e cuja continuidade do exercício profissional constitua risco de danos irreparáveis ao paciente ou à sociedade poderão ter o exercício profissional:

- (A) suspenso mediante processo criminal;
- (B) suspenso ou licenciado mediante procedimento administrativo específico;
- (C) suspenso ou advertido mediante procedimento administrativo específico;
- (D) suspenso mediante procedimento administrativo específico;
- (E) suspenso ou multado mediante procedimento administrativo específico.

36 - De acordo com o Código do Consumidor, Lei 8078/1990 e suas alterações, toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços, é denominado(a):

- (A) cliente;
- (B) consumidor;
- (C) fornecedor;
- (D) adquirente;
- (E) prestador.

37 - Entidade não-governamental, sem fins lucrativos, criada com o objetivo de representar as secretarias municipais de Saúde:

- (A) CNS;
- (B) Conasems;
- (C) CIT;
- (D) LOAS;
- (E) CRM.

38 - O princípio contábil que determina que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, é o da:

- (A) competência;
- (B) atualização monetária;
- (C) continuidade;
- (D) entidade;
- (E) oportunidade.

39 - As participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa, serão classificadas como:

- (A) ativo circulante;
- (B) imobilizado;
- (C) intangível;
- (D) investimentos;
- (E) diferido.

40 - As informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos devem ser apresentadas:

- (A) no balanço patrimonial;
- (B) no fluxo de caixa;
- (C) no relatório financeiro da entidade;
- (D) na demonstração de informações anuais;
- (E) nas notas explicativas.

41 - O planejamento da auditoria envolve a definição de estratégia global para o trabalho e o desenvolvimento de plano de auditoria. Ao definir a estratégia global, o auditor deve adotar os procedimentos a seguir, EXCETO:

- (A) definir os objetivos do relatório do trabalho de forma a planejar a época da auditoria e a natureza das comunicações requeridas;
- (B) considerar os fatores que no julgamento profissional do auditor são significativos para orientar os esforços da equipe do trabalho;
- (C) contratar especialistas quando se tratar de atividades que envolvam áreas de conhecimento diferente de contabilidade ou auditoria, para desenvolver as técnicas de auditoria;
- (D) determinar a natureza, a época e a extensão dos recursos necessários para realizar o trabalho;
- (E) considerar os resultados das atividades preliminares do trabalho de auditoria.



42 - Avalie as assertivas a seguir:

- I - Amostras de auditoria são as informações utilizadas pelo auditor para fundamentar as conclusões em que se baseia a sua opinião.
- II - Risco de auditoria é o risco de que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante.
- III - O auditor deve obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis em parte estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro.
- IV - O auditor deve planejar e executar a auditoria com ceticismo profissional, reconhecendo que podem existir circunstâncias que causam distorção relevante nas demonstrações contábeis.

Estão corretas:

- (A) I e II;
- (B) II e III;
- (C) I e IV;
- (D) III e IV;
- (E) II e IV.

43 - Um adequado planejamento da auditoria das demonstrações contábeis produz os benefícios a seguir, *com exceção de um*. Assinale-o:

- (A) auxiliar o auditor a dedicar atenção apropriada às áreas importantes da auditoria;
- (B) auxiliar o auditor a identificar e resolver tempestivamente problemas potenciais;
- (C) auxiliar o auditor a organizar adequadamente o trabalho de auditoria para que seja realizado de forma eficaz e eficiente;
- (D) auxiliar, se for o caso, na coordenação do trabalho realizado por outros auditores e especialistas;
- (E) auxiliar na seleção dos papéis trabalho nos níveis apropriados, para corresponderem aos benefícios esperados permitindo a alocação apropriada de tarefas.

44 - O controle externo na administração pública é exercido pelo:

- (A) Poder Legislativo com auxílio do Tribunal de Contas;
- (B) Tribunal de Contas com auxílio do Controle Interno;
- (C) Tribunal de Contas com auxílio do Ministério Público;
- (D) Ministério Público com auxílio do Poder Legislativo;
- (E) Poder Executivo com auxílio do Tribunal de Contas.

45 - A pena prevista para servidor público que sendo obrigado a prestar contas, em função da responsabilidade por bens, dinheiros ou valores públicos, deixar de fazê-lo, de acordo com a Lei n.º 8.429/92 é:

- (A) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano;
- (B) ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida;
- (C) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial;
- (D) advertência nos assentamentos funcionais, com suspensão do trabalho por trinta dias, e aplicação de multa de até 30% da remuneração percebida;
- (E) exoneração a bem do serviço público com o ressarcimento integral do dano, se houver e aplicação de multa civil no mesmo valor do dano.

46 - Constitui crime contra as finanças públicas com pena de detenção de seis meses a dois anos, de acordo com a Lei n.º 10.028/00:

- (A) prestar garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contra garantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada;
- (B) ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura;
- (C) ordenar, autorizar ou promover a oferta pública ou a colocação no mercado financeiro de títulos da dívida pública sem que tenham sido criados por lei ou sem que estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e de custódia;
- (D) deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei;
- (E) ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou, caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.



47 - Segundo a Lei 4320/64, a liquidação da despesa pública compreende:

- (A) a extinção da obrigação com o credor;
- (B) a assunção da obrigação com o credor;
- (C) a reserva de dotação para o credor;
- (D) a verificação do direito adquirido do credor;
- (E) o lançamento da obrigação do credor.

48 - A respeito da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/00 - é correto afirmar que:

- (A) estabelece as normas e orientações para elaboração dos orçamentos e balanços públicos;
- (B) estabelece as diretrizes, objetivos, metas e elaboração de programas de duração continuadas para a administração pública;
- (C) estabelece normas voltadas para a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas;
- (D) estabelece as penas aos responsáveis que derem causa a perdas, danos e prejuízos aos cofres públicos;
- (E) estabelece as orientações para elaboração do orçamento anual e define as prioridades da administração.

49 - Nas opções a seguir consta informação que **NÃO** está de acordo as disposições da Lei 8666/93, a respeito de licitações e contratos na administração pública. Assinale-a.

- (A) a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos;
- (B) as obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, sem exceções;
- (C) é vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;
- (D) a alienação de bens imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, observadas as exceções;
- (E) a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso e o leilão, são as modalidades de licitação prevista na lei, sendo que nos três primeiros casos o critério para a escolha da modalidade é o valor da despesa.

50 - De acordo com a Lei 8666/93, o instrumento de contrato é obrigatório quando:

- (A) se tratar de dispensa ou inexigibilidade de licitação cujos valores estejam compreendidos entre os de concorrência e de tomada de preços;
- (B) decorrente de concorrência e tomada de preços e convite, para compras, obras e serviços comuns e serviços de engenharia;
- (C) envolver valores superiores aos definidos para a licitação na modalidade de pregão no caso de obras, compras e contratação de serviços comuns;
- (D) envolver serviços artísticos com profissionais consagrados pela opinião pública, diretamente, ou por empresário, qualquer que seja o valor;
- (E) tratar de compra para atender escolas e hospitais públicos, independentemente do valor, em face da exigência do cumprimento dos limites mínimos de gastos nestas áreas.



Concursos

BIORIO CONCURSOS

Av. Carlos Chagas Filho, 791 - Cidade Universitária - Ilha do Fundão – RJ

Central de Atendimento: (21) 3525-2480

Internet: <http://concursos.biorio.org.br>

E-mail: Barramansa2010@biorio.org.br